



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE PARECER. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TP 03/2019 PELA EMPRESA CAROLDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EIRELI

REQUERENTE: DIVISÃO DE LICITAÇÕES

SRA. CARLA DENISE STEINHAUS

PARECER 007/2019

PARECER

Foi encaminhado pela servidora da Divisão de Licitações, Sra. Carla Denise Steinhaus, o Processo Digital nº 3444/2019, onde a mesma solicita Parecer, uma vez que houve **Impugnação ao Edital de Tomada de Preços nº 03/2019, pela empresa Caroldo Prestação de Serviços LTDA EIRELI**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviços de limpeza pública – varrição das ruas, passeios e da Praça Central do Município de Candelária/RS.

Desta feita, realizada a análise da solicitação apresentada, passamos a tecer as seguintes considerações.

Conforme as alegações da impugnante, no item 1 – **Do adicional de insalubridade**, o objeto do edital impugnado estipula adicional de insalubridade para as funções de varredor, calculado sobre o salário mínimo, entretanto, o mesmo deveria ser calculado de acordo com o valor do salário normativo da respectiva função, de acordo com o estabelecido na Convenção Coletiva 2019 da Sindasseio, vejamos:

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

O salário normativo geral da categoria profissional, a partir de 01-01-2019, para uma prestação laboral de 220h (duzentas e vinte horas)





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

mensais, é fixado na quantia de R\$1.083,96(Hum mil e oitenta e três reais com noventa e seis centavos), pelo que nenhum trabalhador da categoria profissional poderá receber salário inferior ao valor ora estabelecido quanto ao salário para 220h mensais de trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As empresas da categoria econômica passarão a pagar, a partir de 01-01-2019, adicional de insalubridade:

- a) - em grau médio (vinte por cento) para os trabalhadores da categoria profissional que exerçam as funções/atividades de Copeira, Cozinheira, Auxiliar de Cozinha, Merendeira de Escola/Creche, Monitor de creche e albergue infantil, Faxineiro/Limpador/Auxiliar de limpeza/Servente de limpeza, Gari/Varredor (CBO n.º 5142-15), Zelador de edifício (CBO n.º 5141-20) e Jardineiro;
- b) – em grau médio (vinte por cento) para os trabalhadores que exerçam as funções/atividades de Faxineiro/Limpador/Auxiliar de limpeza/Servente de limpeza e que trabalhem de forma habitual na higienização de instalações sanitárias que não sejam de uso público ou que não sejam coletivas de grande circulação, e na respectiva coleta de lixo, entendendo-se por “instalações sanitárias de uso público” aquelas em que o acesso independe da autorização do titular do estabelecimento e é livre ao público em geral, e entendendo-se por “instalações sanitárias de grande circulação aquelas utilizadas por mais de vinte pessoas ao dia;
- c) – em grau máximo (quarenta por cento) para os trabalhadores que exerçam as funções/atividades de Aplicador de bactericida e Desinsetizador, Aplicador de inseticida e produtos





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

agrotóxicos/domissanitários, auxiliar de limpeza técnica em indústria automotiva, higienização técnica de materiais hospitalares, preparador de materiais (CBO n.º 7842-05, Lixeiro/Coletor (CBO n.º 5142-05), Reciclador e, ainda, para o Faxineiro/Limpador/Auxiliar de limpeza/Servente de limpeza e que trabalhem de forma permanente na higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e na respectiva coleta de lixo, entendendo-se por “instalações sanitárias de uso público” aquelas em que o acesso independe da autorização do titular do estabelecimento e é livre ao público em geral, e entendendo-se por “instalações sanitárias de grande circulação aquelas utilizadas por mais de vinte pessoas ao dia.

Os adicionais previstos nesta cláusula serão calculados com base no salário normativo da respectiva função.

O pagamento deste adicional de insalubridade não desobriga as empregadoras de fornecerem para tais empregados os “Equipamentos de Proteção Individual - EPI”, segundo Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. – grifado.

Conforme estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - **Convenção Coletiva de Trabalho** é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho:

§ 1º É facultado aos Sindicatos representativos de categorias profissionais celebrar Acordos Coletivos com uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

§ 2º As Federações e, na falta desta, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

(...)

V - plano de cargos, **salários** e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; (grifado).

Ainda, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Sumário MONITORAMENTO DE LICITAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA. INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA FASE DE JULGAMENTO DE PREÇOS. FIXAÇÃO DE PISOS SALARIAIS PARA AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS PRESTADORAS DE SERVIÇO. ANÁLISE DE AUDIÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. ARQUIVAMENTO Acórdão VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de monitoramento realizado nos termos dos subitens 9.9 do Acórdão n. 667/2005 e 9.4 do Acórdão n. 2.103/2005, ambos do Plenário, no que concerne à Concorrência n. 3/2005, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, com o objetivo de contratar empresa especializada para prestação de serviços de modernização e organização administrativa. **9.3.3. observem as seguintes linhas de conduta na formulação de editais de licitação e na**





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

gestão de contratos de execução indireta e contínua de serviços:
9.3.3.1. para modelos de execução indireta de serviços, inclusive os baseados na alocação de postos de trabalho, se a categoria profissional requerida se encontra amparada por convenção coletiva de trabalho, ou outra norma coletiva aplicável a toda a categoria, determinando o respectivo valor salarial mínimo, esse pacto laboral deve ser rigorosamente observado nas licitações efetivadas pela Administração Pública e nas contratações delas decorrentes; - grifado.

Assim, deve ser acatada a ponderação realizada pela empresa impugnante, neste ponto.

No que tange ao **item 2 – Da qualificação técnica**, a empresa Caroldo Prestação de Serviços LTDA EIRELI, manifesta que o edital impugnado não traz qualquer exigência quanto à capacidade técnica e econômica, uma vez que o administrado pretende contratar empresa para a limpeza pública – varrição de ruas, atividade específica que demanda que as empresas prestadoras possuam capacidade técnica para desempenhar os serviço com excelência.

Conforme decisão TP-0627/2011 desta Corte de Contas, **excepcionalmente**, quando a complexidade impuser, a exigência de qualificação técnico-operacional, contemplados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pode ser inclusa nos editais de serviços de manejo de resíduos sólidos, desde que haja justificável motivação expressa no Edital.

Ou seja, como se trata de Edital Tomada de Preços, para contratação de serviços de limpeza pública – varrição, não se faz necessária a exigência de qualificação técnica, como pretendido pela impugnante.

Logo, deve ser afastada a pretensão da empresa impugnante, neste ponto.





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

Por fim, a empresa impugnante alega no **item 3 – Do BDI**, que, de acordo com a planilha de custos do Município de Candelária, o BDI estaria composto na margem de apenas 10%, sendo que o percentual real que observa todos os custos indiretos totalizam 26,11%.

Conforme Orientação Técnica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o BDI – Bonificações e Despesas Indiretas, é a taxa correspondente às despesas indiretas, impostos e lucro que, aplicada sobre o custo direto, resulta no preço do serviço.

A fórmula de aplicação do percentual de BDI para cálculo do preço do serviço é:

$$PV = CD \times (1+BDI)$$

Em que:

PV – Preço de Venda;

CD = Custos Diretos; e

BDI = Benefícios e Despesas Indiretas

Os Custos Diretos compreendem todos os componentes de preço que podem ser devidamente identificados e quantificados na planilha orçamentária.

Por analogia, segundo o entendimento exarado pelo TCE/RS, é obrigatório detalhar o BDI para a contratação de serviços de coleta de resíduos. A obrigatoriedade de detalhamento de todos os custos quando da elaboração de orçamentos para a contratação de obras e serviços de engenharia está expressa na Lei 8.666/1993 (art. 6º, inciso IX, alínea f, e art. 7º, § 2º, inciso II).

Portanto, tendo em vista que o BDI é uma parcela relevante dos custos de serviços de coleta de resíduos, é imprescindível que o seu detalhamento conste dos anexos do Edital e das propostas das licitantes, conforme disciplinado na Súmula 258 – TCU: *“As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do*





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devem constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicadas mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas”.

Entretanto, a Administração não indicará um percentual fixo para o BDI, até porque, por retratar os custos indiretos do futuro contratado, existe para este uma margem de liberdade para defini-lo. Nesse sentido foi o Acórdão nº 1.726/2008 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

Assim, não cabe à Administração indicar um percentual a ser obrigatoriamente observado pelos licitantes. O que a Administração poderá fazer é, a partir dos estudos adequados feitos na etapa de planejamento, indicar um percentual máximo a ser aceito a título de BDI.

Com essa medida, os interessados já sabem, de antemão, que os custos indiretos a serem indicados no certame terão um teto máximo de aceitação, de modo que suas propostas devem respeitar esse critério, sob pena de desclassificação.

Consequência disso tudo é que a Administração, para poder fixar um percentual máximo de BDI, deverá ter cautela na análise das particularidades do objeto pretendido. Do contrário, poderá restringir a licitação por indicar um BDI inexequível ou contratar proposta antieconômica por indicar um BDI excessivo.

Deste modo, deve ser observada a insurgência da empresa impugnante, no que tange ao BDI.

É o parecer.





Estado do Rio Grande do Sul
Município de Candelária
Procuradoria Geral do Município de Candelária

Candelária, 13 de maio de 2019.

Tanaela Ellwanger Muller
Subprocuradora do Município
OAB/RS nº 86.371

Franciéle Schröder
Procuradora-Geral do Município
OAB/RS 95.508

